

Direitos humanos, versão FH

FREI BETTO

O presidente Fernando Henrique Cardoso lança hoje o Programa Nacional de Direitos Humanos. Se considerarmos que, em 1948, o Brasil aprovou e assinou, na ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o programa vem com atraso de 48 anos. Ao longo desses anos, os direitos humanos, em nosso país, têm sido violados, vilipendiados e ridicularizados, inclusive por parte das forças militares e policiais — as mesmas que deveriam, por dever público e constitucional, zelar para que fossem respeitados.

Entre numa delegacia policial, visite uma prisão, vá a um hospital público, converse com crianças de rua, negros, vendedores ambulantes e desempregados. Verá como são tratados os direitos humanos. Experimente viver um mês com um salário de R\$ 112. E conclua se ele assegura seu direito de sobrevivência ao nível mínimo de dignidade humana.

Em 1968, a ONU convocou, em Teerã, uma Conferência Mundial de Direitos Humanos. Constatou-se que, 20 anos após a aprovação da Declaração, as violações prosseguiram: torturas, assassinatos, censura, abuso de crianças e violência sobre a mulher. Um programa foi traçado e todos concordaram que 25 anos mais tarde deveriam sentar-se à mesa para avaliar os resultados.

O balanço foi feito em 1993, em Viena, na segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos, convocada pela ONU. Constatou-se que as violações têm sido crescentes, de genocídios indígenas a massacres de camponeses (vide Corumbiara e Eldorado de Carajás), do cerceamento da liberdade de imigrantes ao ressurgimento de grupos neonazistas. Na própria Áustria, país anfitrião, denunciou-se, durante o evento, a existência de um "viveiro" de crianças destinadas a serem sacrificadas em benefício do tráfico de órgãos.

De nada adiantará o programa de FH se não for acompanhado de medidas econômicas, urgentes e eficazes, para reduzir o desemprego, aumentar a escolarização, erradicar o trabalho infantil, pôr fim ao trabalho escravo, sanear as forças militares e policiais e, sobretudo, promover a reforma agrária. O programa de ren-

da mínima para as famílias carentes; sugerido pelo senador Eduardo Suplicy, poderia ser adotado como um primeiro passo significativo.

Hoje, o crescimento da pobreza, a ineficiência do sistema judiciário, os desrespeitos aos direitos da mulher e da criança, exigem medidas mais concretas que uma carta de boas intenções recheada de discursos inflamados.

Um tema prioritário é a impunidade dos que violam (e violaram) os direitos humanos, como a repressão policial-militar aos guerrilheiros do Araguaia e os torturadores aquartelados pelo poder público. A impunidade favorece o desprezo da lei.

De nada adiantam programas, conferências e acordos se governos e autoridades, responsáveis pela defesa dos direitos humanos, são cúmplices de policiais que torturam, de grupos de extermínio, do racismo, da violência contra mulheres e crianças, de interesses corporativos que excluem, do orçamento e da pauta federais, a questão social.

Falar em direitos humanos no Brasil e na América Latina é luxo. Aqui, ainda lutamos por direitos animais, pois comer, abrigar-se do frio, educar a cria, são coisas de bicho. Há milhões de crianças abandonadas e milhares de mendigos cantando restos em latas de lixo. Por que morrem, de subnutrição, cerca de 350 mil crianças por ano no Brasil?

Há, porém, um dado tão grave quanto os alarmantes índices sociais: hoje, no Brasil, denunciar violações dos direitos humanos é crime aos olhos de certas autoridades.

A corrupção da alma é mais grave que a do bolso. E quase sempre as denúncias resultam em impunidade para o denunciado e em transtornos e riscos para o denunciante. Se o presidente e seus ministros não forem os primeiros a darem o exemplo de atitudes firmes, este programa será mais uma peça demagógica deste governo que, no início de 1995, prometeu acabar com o trabalho escravo, assentar 50 mil famílias e, agora, admite que "não tem paixão pelo social", como reconhece o ministro Clóvis Carvalho. Mas não disfarça sua paixão pelo continuísmo.

Há 108 anos a princesa Isabel assinou a abolição oficial da escravidão. E este regime de trabalho perdura no Brasil, sobretudo em latifúndios da Amazônia. Será que no ano 2104 o programa a ser lançado hoje será mais uma peça inócua do arquivo público?

FREI BETTO é escritor e membro do Conselho Internacional da Fundação Sueca de Direitos Humanos.